



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária do 3º Período Ordinário da 20ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos doze dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e seis, sob a Presidência do vereador Renan Monteiro Guimarães, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Antônio Odinélio Tavares da Silva Júnior, Marta Monteiro Godinho, Miguel Ângelo de Oliveira Canto, Edcarlos de Souza Azevedo, Manoel Lucivaldo Siqueira, Ana Cleyde Tavares Batista Filha, Darlison da Silva Gomes, Antônio Junior de Souza Leite, Ivalter Barbosa Cardoso Júnior, Arnaldo de Oliveira Gemaque, Marcelo Augusto Andrade Sarubbi, Rosivaldo da Costa Junior e Mônica Franco dos Anjos. Ausente o vereador: Antônio Picanço Cardoso Júnior, com ausência justificada, por se encontrar devidamente licenciado. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão, solicitando ao 2º Secretário que procedesse a leitura da ata da última sessão realizada na Casa, a qual lida, submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. Ato Continuo, o Sr. Presidente solicitou ao 1º Secretário, que procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente da qual constou do seguinte: Indicação nº 005/26, da vereadora Monica Franco, indicando a secretaria competente, que seja avaliada a instalação de um ponto de ônibus escolar coberto, com assentos e acessibilidade, na rua Décima Oitava, próximo ao cruzamento com a travessa Luiz Inácio Lula da Silva, no bairro do Penta; Requerimento nº 007/26, do vereador Miguel Canto, pede que seja oficiado ao Secretário de integração, solicitando a reforma da estrutura da caixa d’água de abastecimento de água da Comunidade Santa Julia, localizada no ramal da Vila Santa Julia, região do Monte Muriá; Requerimento nº 035/26, do vereador Renan Guimarães, pede que seja oficiado a Equatorial Energia Pará, concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica no município de Oriximiná, solicitando informações detalhadas acerca do cumprimento da Lei Municipal nº 9.667, de 15 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação, registro e transparência em caso de interrupção no fortalecimento de energia elétrica no Município; Requerimento nº 022/26, pede que seja oficiado a intervenção no trecho na travessa Luiz Inácio Lula da Silva, entre as ruas décima oitava e João Batista de Oliveira, no bairro do Penta; Requerimento do vereador Marcelo Sarubbi, solicitando informações a respeito a dívida flutuante e a dívida fundada interna, requer ainda a relação



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

detalhada de todas as obrigações inscritas no exercício de 2025, que totalizam aproximadamente R\$ - 184.671.837,59, sobre a dívida das obrigações junto ao INSS, PASEP, FGTS e Outros Encargos Sociais; Requerimento nº 016/26, de autoria do vereador Júnior Leite, pede que seja oficiado ao Secretário Municipal de Segurança Pública, solicitando a disponibilização de guardas de trânsito para atuarem na chegada e na saída dos Ferryboat, organizando o fluxo de veículos e pedestres no local; Requerimento nº 015/26, do mesmo vereador, pede que seja oficiado ao Prefeito Municipal, juntamente com a secretária responsável, que seja realizada a adequação e melhoria do porto utilizado para ancorar os ferryboats em nosso município; Pareceres nºs. 027, 009 e 002/26, das comissões de Justiça, Tombamento e Economia, favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 026/26, que Altera os arts. 16, 17, 20, 21, 22 e 23 da Lei Municipal nº 7.233, de 1º de dezembro de 2009, e acrescenta os arts. 16-A, 21-A e 22-A, para Instituir o auto de infração eletrônico, disciplinar o domicílio eletrônico do administrado, o pagamento antecipado de multa com desconto, o efeito suspensivo da defesa e do recurso administrativo, e a formalização da cobrança de ressarcimento por execução subsidiária de medidas corretivas pelo município, e dá outras providências; Projeto de Lei nº 038/26, de autoria do vereador Renan Guimarães, que Institui o Selo Municipal “Oriximiná Inclusiva”, no âmbito do Município de Oriximiná, e dá outras providências; Projeto de Lei nº 039/26, de autoria do vereador Renan Guimarães, que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho das servidoras Públicas Municipais de Oriximiná que sejam mães ou responsáveis legais por crianças e adolescentes com deficiência ou situação de dependência especial, e dá outras providências; Projeto de Lei nº 040/26, de autoria do vereador Renan Guimarães, que dispõe sobre a reserva prioritária de vagas em Instituições de ensino infantil e fundamental da rede pública municipal de Oriximiná, para crianças e adolescentes com deficiência e filhos de pessoas com deficiência, e dá outras providências; Projeto de Lei nº 037/26, que cria o Centro Educacional de Música de Oriximiná-CEMO, vinculado a secretaria municipal de educação; Altera a Lei Municipal nº 9.427, de 28 de janeiro de 2022, para ampliar o quantitativo de cargo de professor de música; Cria o cargo de Instrutor de Música; Revoga a Lei Municipal nº 6.114, de 20 de dezembro de 1999, e dá outras providências; Ofícios nºs. 244 a 259/26, expedidos ao Prefeito e a diversos; Ofícios nºs. 050 e 111/26, recebidos do Prefeito Municipal; Ofícios nºs. 006, 031, 074, 158 e 634/26, recebidos de diversos. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra aos senhores vereadores. Com a palavra, o Vereador Junhão, após cumprimentar os presentes. Inicialmente, destacou a importância da voz dos vereadores neste Parlamento perante a sociedade, mencionando que, na semana anterior, diversos vereadores haviam tratado sobre a situação da estrada do BEC, cuja repercussão teria contribuído para que serviços



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

paliativos fossem iniciados nos trechos mais críticos da referida estrada. Informou que, segundo o secretário de obras assegurou que os trabalhos seriam estendidos até a localidade do Sineaua, no final do BEC, ressaltando que isso demonstrava a força do Poder Legislativo em cobrar melhorias para a população.

Em seguida, reportou-se sobre a situação dos pescadores profissionais de Oriximiná, os quais estariam sendo prejudicados por uma legislação estadual ou federal recentemente regulamentada no município. Disse que seria viável a Câmara Municipal discutir a criação de uma lei municipal semelhante à existente no município de Terra Santa, buscando adequar a legislação à realidade local. Ressaltou dizendo que a realidade de Oriximiná é diferente da realidade da capital do Estado e pediu união dos quinze vereadores para encontrar soluções que beneficiassem os pescadores oriximinaense. Ainda com a palavra o vereador Junhão mencionou o período da pesca do jaraqui, afirmando que a população deixou de ter acesso à fartura do pescado, além do aumento do preço do peixe no município. Explicou que, durante o período permitido da pesca, o jaraqui chegava a custar até dois reais o quilo, beneficiando principalmente a população carente. Acrescentou que inúmeras famílias sobrevivem da pesca de rede e da pesca dos peixes migratórios, citando espécies como jaraqui, pacu e aracu. Defendeu que, caso os peixes não fossem capturados em Oriximiná, acabariam sendo pescados em outros municípios ou no Estado do Amazonas, retornando ao município congelados, com menor qualidade e maior custo. O Parlamentar afirmou que o município possui competência para criar legislação própria, em parceria com o Poder Executivo, permitindo aos pescadores exercerem sua atividade sem perseguições, beneficiando tanto os profissionais quanto os consumidores locais. Relatou ainda ter recebido inúmeras ligações de pescadores solicitando apoio, destacando seu histórico de atuação em defesa da categoria desde o início do mandato. Finalizou solicitando que o tema fosse amplamente debatido nesta Casa de leis, visando à elaboração de um projeto de lei sobre o assunto. Na sequência, fez uso da palavra o vereador Marcelo Sarubbi, iniciou sua fala agradecendo pelas melhorias iniciadas na estrada do BEC. Destacou que a Câmara Municipal teve participação importante nas cobranças feitas ao Executivo Municipal e afirmou ter visto vídeos demonstrando que os serviços paliativos estavam sendo realizados de forma satisfatória. Agradeceu ao secretário Gelzadac e aos deputados Junior Ferrari e Ângelo Ferrari pela de duas máquinas que estão sendo utilizadas nas obras da área do Planalto. Entretanto, o vereador Marcelo lamentou o fato de uma empresa contratada para atuar no município de Curuá já ter recebido mais de um milhão de reais para execução dos serviços naquela região, sendo que não se viu nenhuma obra executada pela referida empresa. Ainda com a palavra o vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Marcelo Sarubbi, reportou-se sobre o requerimento de sua autoria relacionado às dívidas da Prefeitura Municipal, afirmando ter identificado, no Portal da Transparência, débitos superiores a cento e cinquenta e sete milhões de reais referentes a INSS, PASEP e consignados. Disse que os valores estão sendo descontados dos servidores, mas não estão sendo repassados aos órgãos competentes, gerando uma “bola de neve” para a próxima gestão municipal. Disse considerar a situação fruto de falta de planejamento e uso excessivo de recursos públicos, classificando o cenário como descaso com o funcionalismo público. Finalizou solicitando o apoio dos nobres vereadores na aprovação do seu requerimento. Em seguida, fez uso da palavra a Vereadora Keké Batista, inicialmente manifestou seu apoio ao Vereador Junhão quanto à situação dos pescadores. Continuando a nobre vereadora relatou a visita que fez ao Lago do Sapucúá, onde moradores lhe informaram que antigamente os pescadores distribuíam peixes entre os moradores, situação que mudou após as restrições impostas. Manifestou apoio à elaboração de uma lei municipal que beneficie os pescadores locais. A vereadora também comentou sobre a situação da PA-439 e informou que conversou com o Deputado Júnior Ferrari, onde ele garantiu a realização de recapeamento na extensão danificada da referida PA. Disse esperar que os serviços fossem realizados com rapidez diante da gravidade da situação. Em relação a estrada do BEC, afirmou estar satisfeita com o início dos trabalhos paliativos que lá estão sendo executado, conforme foi dito pelos vereadores que lhe antecederam. Disse ter conhecimento das dificuldades enfrentadas pelos moradores durante o período chuvoso. Relatou ainda ter participado de reunião no BEC, onde moradores questionaram sobre possível transferência do lixão municipal para a entrada da estrada do BEC. Disse não possuir informações sobre o caso, mas considerou preocupante a possibilidade de deslocar o problema de um local para outro, especialmente prejudicando os moradores do Planalto. Defendeu a necessidade de esclarecimentos sobre a situação. Com a palavra, a Vereadora Mônica Franco iniciou sua fala manifestando seu apoio à causa dos pescadores, afirmando que, desde a sanção da lei municipal relacionada ao tema, ela e outros vereadores já vinham buscando esclarecimentos junto à SEMA. Disse entender que o problema não estaria na lei em si, mas na forma como a lei está sendo aplicada, principalmente quanto aos prazos extremamente curtos para emissão das licenças de pesca. Disse ainda que a SEMA estava concedendo as licenças no prazo de sete dias, o que considerou inviável para pescadores residentes em localidades distantes como Sapucúá e Saracá, onde apresentou um trabalho solicitando a ampliação do prazo para um ano, evitando deslocamentos frequentes até a sede do município, mais não obteve nenhuma resposta. A vereadora afirmou que existe a falta de flexibilidade e compreensão por parte dos órgãos responsáveis em relação à realidade dos pescadores. Finalizou a nobre vereadora assegurando que o



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

problema não está na lei e sim nas regras e exigências estabelecidas pela SEMA. Colocou-se à disposição para unir esforços na criação de nova legislação que venha ajudar os pescadores. Na sequência, o Vereador Ludugero Júnior fez uso da palavra, esclarecendo que a lei municipal mencionada não foi criada para prejudicar os pescadores, mas sim para beneficiá-los. Explicou que sua proposta teve como objetivo regulamentar a matéria no âmbito municipal, proporcionando maior proteção aos pescadores locais. Afirmou que a interpretação equivocada da legislação teria causado o entendimento de que prejudicaria os profissionais da pesca. Citou a conversa que teve anterior com o vereador Carlinho, na qual teria demonstrado que a lei buscava justamente auxiliar a categoria. Declarou ainda que, caso fosse necessário alterar ou revogar a legislação, não teria objeções, reafirmando que seu intuito sempre foi ajudar os pescadores. Continuando o nobre vereador reportou-se sobre a situação da empresa Equatorial Energia, afirmando que os serviços prestados ao município vêm causando inúmeros transtornos à população. Informou que a Câmara Municipal já realizou diversos esforços para solucionar o problema, sem obter respostas satisfatórias da empresa. Propôs o encaminhamento de uma nota de repúdio e sugeriu que os quinze vereadores assinassem representação junto ao Ministério Público, visando à propositura de ação civil pública contra a concessionária. Em seguida fez uso da palavra o vereador Arnaldo Gemaque utilizou a tribuna para manifestar apoio às reivindicações relacionadas à estrada do BEC e para criticar os serviços prestados pela Equatorial Energia. Relatou constantes oscilações no fornecimento de energia elétrica, afirmando que diversos equipamentos vêm sendo danificados devido às quedas repentinas de energia. Criticou a dificuldade enfrentada pelos consumidores para obter ressarcimento dos prejuízos, contrastando com a rapidez na emissão das cobranças de energia. O vereador também mencionou problemas históricos enfrentados pelo bairro São José quanto ao fornecimento de energia elétrica, afirmando que a situação persiste há anos. Em seguida, abordou a questão envolvendo a Lancha Tapajós, afirmando que a condução das embarcações estaria causando danos às pequenas embarcações e prejuízos aos moradores do Rio Cachoeiry e da orla da cidade. Relatou episódio ocorrido no último domingo, quando uma lancha de grande porte da empresa Tapajós teria trafegado em alta velocidade próxima às margens do rio em frente a cidade, produzindo fortes ondas que quase atingiram embarcações ancoradas próximas à balsa do hidroviário. Diante o exposto o nobre vereador solicitou a Mesa Diretora da Casa que encaminhasse expediente à empresa em Santarém e uma representação ao Ministério Público, solicitando providências contra a empresa Tapajós. Finalizou cobrando respeito da Equatorial e da empresa Tapajós para com os moradores de Oriximiná. Não havendo mais nenhum vereador que desejasse



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

fazer uso da palavra, o Sr. Presidente facultou a palavra aos Líderes Partidários. Com a palavra a vereadora Mônica Franco voltou à tribuna e incluiu o Banco Bradesco entre as empresas criticadas por prestarem maus serviços no município. Relatou frequentes oscilações no fornecimento de energia elétrica em diversos bairros e informou ter procurado o gerente da Equatorial em busca de explicações. Em relação ao Bradesco, informou que a Câmara já havia encaminhado requerimento solicitando esclarecimentos acerca dos serviços prestados e das dificuldades enfrentadas pelos usuários, especialmente idosos, mas que até aquele momento nenhuma resposta havia sido encaminhada. Relatou casos de moradores do interior que precisavam permanecer dias na cidade por não conseguirem sacar seus benefícios devido à falta de dinheiro nos caixas eletrônicos. Em aparte, o Vereador Renan Guimarães informou que apresentou um requerimento nesta sessão, relacionado à Lei Municipal nº 9.667, a qual obriga a concessionária de energia elétrica a informar previamente à Câmara, ao Poder Executivo e à Defesa Civil sobre interrupções no fornecimento de energia. Informou ainda sobre tentativa de furto a caixa eletrônico do Bradesco, destacando que os criminosos não conseguiram levar dinheiro porque não havia valores disponíveis no equipamento. Retomando a palavra a vereadora Mônica, voltou a criticar a empresa Tapajós, afirmando que moradores ribeirinhos precisam retirar suas pequenas embarcações das margens antes da passagem das lanchas para evitar prejuízos. Defendeu união dos vereadores para adoção de medidas contra a empresa. A seguir fez uso da palavra o vereador Miguel Canto, que após cumprimentar os presentes, informou que preferiu trazer os debates para o momento da liderança partidária, a fim de aprofundar as discussões acerca dos temas tratados na sessão, especialmente sobre a estrada do BEC e, principalmente, sobre a regulamentação da pesca no município. Recordou o Edil que, quando da apresentação da proposição relacionada ao tema da pesca, já havia alertado que a matéria necessitava de um olhar mais cuidadoso, considerando as particularidades regionais de Oriximiná. Ressaltou que, embora a legislação esteja baseada em normas federais e estaduais, o problema reside na forma como ela é interpretada e aplicada. Afirmou que a utilização da lei vem ocorrendo de maneira abusiva, não apenas pelos órgãos responsáveis pela fiscalização, mas também pela ausência de discussão ampla com a sociedade. Destacou que, juntamente com a Vereadora Mônica Franco, apresentou questionamentos e documentos cobrando maior debate e efetividade das ações relacionadas à pesca. O Parlamentar lembrou que já havia se manifestado anteriormente sobre os acordos de pesca, esclarecendo que não era contrário aos acordos em si, mas à forma como eles são implementados. Disse que não basta a existência de normas apenas no papel, sendo necessário garantir condições adequadas para preservação dos peixes e subsistência das comunidades. Explicou que



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

os peixes necessitam de abrigo, alimentação e condições ambientais apropriadas para permanecerem nos lagos da região, motivo pelo qual não seria adequado simplesmente copiar legislações federais e estaduais sem considerar a realidade local de Oriximiná. Defendeu a participação das universidades, pesquisadores, órgãos ambientais, comunitários, pescadores e demais pessoas diretamente impactadas pelas medidas relacionadas à pesca. Ressaltou que qualquer legislação deve considerar os impactos sociais e econômicos sobre as comunidades locais. O vereador destacou que o debate envolve segurança alimentar, períodos reprodutivos dos peixes e as peculiaridades dos peixes migratórios da região amazônica. Alertou ainda para a situação de pescadores que dependem da atividade para sustento de suas famílias e acabam sendo prejudicados pelas restrições impostas sem discussão adequada. Ainda com a palavra o vereador Miguel Canto propôs a realização de uma audiência pública promovida pela Câmara Municipal, reunindo especialistas, universidades, órgãos competentes, pescadores e representantes comunitários, com o objetivo de construir soluções responsáveis e adequadas à realidade do município. Finalizou afirmando que a Amazônia não pode ser tratada como um vazio demográfico e que é necessário conciliar preservação ambiental com dignidade e sobrevivência das populações tradicionais, garantindo que o uso dos recursos naturais ocorra de maneira consciente, ordenada e responsável. Não havendo mais nenhum líder que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente solicitou a aquiescência do Plenário para dispensa do Intervalo Regimental de quinze minutos. Obtida a aquiescência do Plenário o Sr. Presidente passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando ao 1º secretário que procedesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido a discussão o requerimento nº 016/26, de autoria do vereador Junior Leite. Com a palavra o autor solicitou a retirada de pauta, por já ter sido apresentado anteriormente um requerimento do mesmo teor pelo vereador Miguel Canto, no que foi acatado pela Mesa Diretora. Em seguida foi submetido a discussão o requerimento nº 015/26, do mesmo vereador, sendo aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Miguel Canto, sendo aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o requerimento da vereadora Mônica Franco. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Renan Guimarães. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Marcelo Sarubbi. Dito requerimento, posto em votação foi aprovado por unanimidade. Lidos e submetidos a discussão os Pareceres nºs. 027 , 009 e 002/26, das comissões de Justiça, Tombamento e Economia, favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 026/26. Ditos pareceres, postos em votação, foram aprovados por unanimidade, na forma



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

regimental um a um. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação, o Sr. Presidente passou a Segunda Parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Não havendo nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, e nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente, agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para quarta-feira, no horário regimental, e convidou os senhores vereadores para uma sessão extraordinária a ser realizada, após o encerramento desta. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, _____, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário